

Escavações do dizível em notícias sobre mortes de travestis

Excavations of the sayable in news reports on the deaths of travestis

Mônica da Silva Cruz¹
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
monica.silva@ufma.br

Ulisses Bianck Trindade Bertoldo²
Universidade Federal do Maranhão - UFMA
ulissesbertoldo@gmail.com

RESUMO: O objetivo deste artigo é analisar o sistema de enunciabilidade que constrói corpos matáveis em um jornal que tematiza o assassinato de pessoas LGBTI+, especificamente travestis, no Maranhão, investigando as condições de possibilidades de emergência, os regimes de verdade e os dispositivos de saber-poder, conforme proposto por Michel Foucault (2012). Trata-se de uma reflexão sobre as formas como esses corpos são narrados, (in)visibilizados ou interditados. Considera-se que o discurso não é reflexo de uma realidade pré-existente (Foucault, 1999a), mas uma prática social regulada por saberes, instituições e dispositivos de saber-poder. A abordagem metodológica que sustenta a pesquisa situa-se na confluência entre a arqueologia e a genealogia foucaultianas (Neves; Gregolin, 2021). O procedimento metodológico consiste na seleção de oito títulos de notícias de um jornal local do estado maranhense. Conclui-se que o jornalismo, enquanto operador de visibilidade e de verdade, participa ativamente da construção da fronteira entre o que deve ser lembrado e o que deve ser descartado; entre o corpo que se perde e o corpo que nunca importou.

Palavras-chave: Mortes; Travestis; Discurso; Notícias.

ABSTRACT: The aim of this article is to analyze the system of enunciability that constructs killable bodies in a newspaper that reports on the murder of LGBTI+ people, specifically *travestis*, in the state of Maranhão. The analysis investigates the conditions of possibility for their emergence, the regimes of truth, and the apparatuses of power/knowledge, as proposed by Michel Foucault (2012). This is a reflection on the ways in which these bodies are narrated, (in)visibilized, or interdicted. It is assumed that discourse is not the reflection of a pre-existing reality (Foucault, 1999a), but rather a social practice regulated by knowledges, institutions, and apparatuses of power/knowledge. The methodological approach sustaining the research is situated at the intersection of Foucauldian archaeology and genealogy (Neves; Gregolin, 2021). The methodological procedure consists of

¹ Doutora e mestra em Linguística e Língua Portuguesa pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP - Araraquara). Possui Graduação em Letras pela Universidade Federal do Maranhão. Atualmente é professora associada IV, do Departamento de Letras e Professora do Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão. Foi coordenadora local do Programa Nacional de Cooperação Acadêmica na Amazônia (Procad-UFT/UFMA/UFSC) de 2020-2024, líder do Grupo de Pesquisa em Linguagem e Discurso do Maranhão (GPELD/CNPq) e vice-coordenadora do Projeto de Extensão Entretexos (Deler/UFMA).

² Mestrando em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Maranhão. Graduado em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão. Membro do Grupo de Pesquisa em Linguagem e Discurso do Maranhão (GPELD/CNPq).

selecting eight news headlines from a local newspaper. The conclusion is that journalism, as an operator of visibility and of truth, actively participates in the construction of the boundary between what is to be remembered and what is to be discarded; between the body that is lost and the body that never mattered.

Keywords: Deaths; *Travestis*; Discourse; News.

Introdução

Para a análise de discursos jornalísticos sobre assassinatos de pessoas travestis, proposta neste artigo, adotamos como orientação metodológica a arqueogenealogia. Embora Michel Foucault não tenha utilizado este termo, a combinação entre arqueologia e genealogia tornou-se uma estratégia reconhecida nos estudos foucaultianos brasileiros para descrever a operação analítica que mobiliza tanto as condições de emergência dos discursos quanto as relações de poder-saber que os atravessam e os transformam (Neves; Gregolin, 2021).

A arqueologia, dimensão explanada por Foucault em *A Arqueologia do Saber* (Foucault, 2012), volta-se para a descrição das formações discursivas, para o detalhamento de conjuntos de regras que governam a produção dos enunciados em determinado campo de saber. A análise arqueológica busca as condições de possibilidade de aparecimento de um discurso (Foucault, 2012, p. 211); seu foco está menos nas intenções dos sujeitos e mais em práticas discursivas que margeiam e delimitam o dizível em um momento histórico específico.

Já a genealogia, “uma prática crítica, com vários estratos” (Oksala, 2011, p. 61), inspirada em Nietzsche e desenvolvida na denominada 2ª fase dos estudos de Foucault, encontra-se em obras como *Vigiar e Punir* (1987) e *Em Defesa da Sociedade* (1999b), centrando-se na observação das relações de poder que constituem os sujeitos e regulam suas condutas. A genealogia caracteriza-se pela recusa de narrativas lineares e evolucionistas da história, empenha-se em demonstrar as lutas, os conflitos, as rupturas e as contingências que delineiam as relações de saber-poder. Como afirma Foucault, “a genealogia é cinza; ela é meticulosa e pacientemente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos” (Foucault, 1998, p. 15). Longe de querer remontar o passado para restaurar uma identidade perdida, busca explicar a história do presente, trabalha com a dispersão dos arquivos, com as marcas deixadas no corpo, com as instituições, com regulamentos legais, arquivos judiciais, registros médicos, com os jornais, enfim, com documentos-monumentos formais e com os não-formais. Assim, a arqueogenealogia conjuga duas perspectivas: examina as condições de emergência dos discursos e investiga os processos históricos e políticos que configuram as práticas de saber-poder.

É, também, na segunda fase das pesquisas foucaultianas, situada por volta do início dos anos 1970, que o autor desenvolve o conceito de dispositivo, isto é, um:

conjunto decididamente heterogêneo, que engloba discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas

administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre esses elementos (Foucault, 1998, p. 244).

Um dispositivo é, portanto, um aglomerado de elementos – discursos, práticas, saberes, normas, instituições – que se agregam para “responder a uma urgência histórica” (Foucault, 1998, p. 244) e produzir efeitos de poder-saber. Por meio do dispositivo, as sociedades buscam solucionar aquilo que consideram problemático em determinados momentos, seja por meio de um conjunto de práticas, de condutas, instituições, formas de ensinar, de enunciar ou mesmo de punir.

No âmbito desta pesquisa, o dispositivo é um conceito que nos permite compreender tanto a constituição histórica dos dizeres jornalísticos sobre corpos LGBTI+ como os modos pelos quais essa discursivização opera, no caso específico deste estudo, exclusão, violência simbólica, biopolítica.

A arqueogenealogia, portanto, possibilita encontrar regimes de verdade (Foucault, 2014) que sustentam a produção midiática sobre assassinatos de travestis, evidenciando suas filiações históricas, suas regularidades e seus pontos de resistência. Nessa linha, buscamos estabelecer algumas reflexões sobre a cobertura jornalística de assassinatos de travestis na imprensa maranhense como parte de um dispositivo mais amplo, o dispositivo da sexualidade (Foucault, 2022), entendendo que um dispositivo, em sentido mais amplo, é uma engrenagem que permite que algo aconteça. No caso da sexualidade, o dispositivo atua por meio de práticas discursivas ou não-discursivas que permitem ou proíbem a sexualidade acontecer de forma aleatória.

Para além da introdução, quatro outras seções compõem este artigo. Na primeira, destacamos o lugar do jornalismo como operador de matabilidade de subjetividades dissidentes; na segunda, discorremos sobre heranças, interdições e criminalização moral atualizadas na ordem do discurso da mídia brasileira. Na sequência, apresentamos uma leitura arqueogenealógica de assassinatos de travestis em notícias de jornal e, por fim, apontamos as conclusões, nas quais sintetizamos as principais reflexões teóricas e analíticas desenvolvidas ao longo do texto, ressaltando as implicações críticas do estudo para a compreensão dos modos como a mídia tece enunciados relativos a corpos travestis.

O jornalismo como operador de matabilidade de subjetividades dissidentes

Compreendemos que as narrativas jornalísticas não são neutras ou despretensiosamente descritivas, elas são operadoras de um conjunto de práticas discursivas que formam e sustentam subjetividades dissidentes, como as associadas ao campo das sexualidades, em nosso presente. Na perspectiva foucaultiana, a sexualidade não é compreendida como natural ou instintiva – ela é construída socialmente, por meio de uma cadeia de práticas, discursos, instituições e técnicas que surgiram especialmente nos séculos XVIII e XIX. Então, como um dispositivo, a sexualidade é posta em discursos, em instituições, em práticas sociais das mais diversas faces; assim, consideramos que o dispositivo da sexualidade, conforme problematizado por Foucault (2022), constitui os modos de existência das pessoas e que a mídia, como parte desse dispositivo, opera ou reforça exclusões, estigmas e normalização que merecem ser analisadas.

Ainda que Foucault não trate diretamente da transexualidade (que engloba, no caso brasileiro, a travestilidade), em *A Vontade de Saber* (2022), sua análise dos mecanismos pelos quais os saberes médicos e jurídicos produzem sujeitos sexuais oferece reflexões importantes para compreender também a emergência da figura do transexual. Homossexuais e transexuais foram capturados pelo discurso médico e inscritos em classificações normativas, produzidos como categoria clínica, inteligível apenas dentro de um regime que associa sexo, identidade e verdade, exigindo, muitas vezes, a conformação do corpo a uma lógica binária para que o sujeito seja reconhecido.

Segundo Nascimento (2021, p.74), “a década de 1950 será então um marco para o início da patologização das subjetividades a partir de critérios médicos”. Como comprovação dessa lógica, temos que a homossexualidade foi oficialmente retirada do DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais) apenas na década de 1970, e na CID (Classificação Internacional de Doenças) deixou de ser um transtorno patológico só em 1990 (OMS, 2022). A transexualidade, por sua vez, permaneceu nos manuais até recentemente, sendo ressignificada no DSM-5 (2014) como “disforia de gênero” e no CID-11 (2022) como “incongruência de gênero” (Nascimento, 2021; Preciado, 2022). Contudo, ainda de acordo com Nascimento,

a permanência da classificação ‘Disforia de gênero’ no DSM-5 e as recentes modificações da CID-11 apontam para o entendimento de que o processo de despatologização das subjetividades trans ainda se constitui como um desafio que precisa ser energicamente enfrentado (Nascimento, 2021, p. 80).

Em *Vigiar e Punir* (1987), Foucault esboça as primeiras reflexões a respeito da incidência dos (micro)poderes sobre o corpo. Nessa obra, o autor apresenta o conceito de corpos dóceis, referindo-se à produção de corpos que podem ser submetidos, utilizados, transformados e aperfeiçoados para atender às demandas do poder disciplinar. Esses corpos são moldados por meio de técnicas minuciosas de controle, como a vigilância constante, a organização detalhada do espaço e do tempo, e a imposição de normas que regulam comportamentos e ações. Foucault explicita que o poder se manifesta de várias formas e uma delas, microcapilar, manifesta-se nos pequenos atos do dia a dia, com o objetivo de produzir indivíduos úteis, obedientes, capazes de operar conforme as exigências das instituições disciplinares, como escolas, exércitos e fábricas. Assim, o poder disciplinar não apenas reprime, mas também produz sujeitos ajustados às necessidades sociais e econômicas da modernidade.

A forma como o século XIX organizou as expressões de sexualidade em redes de poder é destaque no capítulo introdutório “nós, vitorianos”, do livro *História da sexualidade I - A Vontade de Saber*, em que Foucault (2022) explica que o sexo deixa de ser um simples conjunto de atos e passa a praticamente resumir o praticante dos atos. Nesse contexto temporal, “desvios” sexuais (homossexualidade, masturbação) passaram a ser classificados como doença pela medicina e pela psiquiatria. Sob esse regime de verdade, Oscar Wilde foi condenado, em 1895, a dois anos de trabalhos forçados por sodomia e atos indecentes com outros homens. No tribunal, Wilde defendia a “beleza do amor que não ousa dizer seu nome”, mas foi publicamente difamado, perdeu seus bens, seus amigos e seu prestígio social, vindo a morrer, em 1900, longe de casa e de sua terra. A história do processo de Oscar Wilde tornou-se emblemática para os movimentos homossexuais, pois, além de sintetizar a repressão jurídica contra homossexuais, representava também o cerceamento da liberdade e da criação artísticas (Silva, 2022).

Esse julgamento não apenas marcou a consolidação jurídica da homossexualidade como crime, mas também representou uma virada simbólica e discursiva fundamental na forma como os corpos dissidentes passaram a ser midiaticizados como escândalo moral e ameaça à ordem social. A imprensa vitoriana desempenhou um papel ativo nesse processo de criminalização pública e estética do sujeito homossexual, configurando um regime de visibilidade que, mais do que noticiar, produzia sentidos e disciplinava condutas. Como aponta Sanderson (1995), os jornais britânicos não apenas refletiam o conservadorismo da época, mas contribuíam ativamente para a consolidação de uma moral pública anti-

homossexual, reforçando estigmas e delineando fronteiras normativas entre o aceitável e o abjeto.

Durante a cobertura do caso Wilde, por exemplo, o *News of the World* estampava frases como: “A sociedade livrou-se bem desses abutres e de suas práticas horrendas... foi a um custo terrível que a sociedade se purgou desses importadores repulsivos de vícios exóticos”³ (Sanderson, 1995, p. 4). Já o *Evening Standard* afirmava que Wilde era “um centro de corrupção intelectual” e que sua condenação serviria como “advertência salutar aos jovens doentios que se diziam partícipes de sua cultura” (Sanderson, 1995, p. 4). Tais posicionamentos destacam a imprensa como uma engrenagem importante do dispositivo de sexualidade que, na leitura foucaultiana, transforma o corpo dissidente em objeto de vigilância e correção, expondo-o como exemplo negativo e pedagogicamente útil à manutenção da ordem cis-heteronormativa.

Essa lógica permanece, com adaptações, nas práticas do jornalismo sensacionalista contemporâneo, especialmente no campo policial, cujas matérias tendem a associar sexualidades dissidentes à criminalidade, à devassidão ou à marginalidade. Sanderson (1995) observa que a mídia não apenas repercute a homofobia social, mas a intensifica e reconfigura, utilizando a pauta homossexual como instrumento político, desde o julgamento de Wilde até os pânico morais modernos, como os ataques às chamadas aulas gays ou a repercussão do caso Tertuliana Lustosa⁴. Ao analisar a cobertura de temas LGBTI+ na mídia britânica, o autor denuncia a manutenção de mitos jornalísticos como a objetividade e a autorregulação, realçando mecanismos discursivos que operam na construção das notícias.

No Brasil, como em outros contextos, o jornalismo policial, historicamente ligado a fontes institucionais como as delegacias, atua como instância de reprodução e atualização de exclusão. Tal como os distritos policiais, os manicômios e os campos de concentração forneciam “exemplares” à medicina eugenista para o estudo das chamadas anomalias sexuais, também hoje oferecem subsídios para reportagens que constroem a travesti como perigosa, o corpo trans como falso ou fraudulento, e a sexualidade não normativa como desvio. Conforme Marcondes Filho (apud Angrimani, 1995, p. 17), o jornalismo sensacionalista se ancora no

³ Tradução livre a partir do original: “Society is well rid of these ghouls and their hideous practices... It is at a terrible cost that society has purged itself of these loathsome importers of exotic vice”.

⁴ Tertuliana Lustosa é historiadora da arte e artista travesti. Em 17/10/2024, durante uma apresentação performática no Seminário “Dissidências de Gênero e Sexualidades”, na UFMA, cantou e dançou de forma provocativa. A performance gerou intensa repercussão nas redes sociais, sendo instrumentalizada por grupos conservadores como exemplo de “degeneração” nas universidades públicas. Internamente, o mecanismo disciplinador aplicado pela UFMA foi a edição da resolução N° 332, do Conselho de Administração (UFMA, 2024), já em 23/10/2024.

trinômio escândalo-sexo-sangue, ativando no leitor uma catarse moralizante que oscila entre a repulsa e o gozo sádico, entre a condenação pública e o fascínio voyeurístico.

Heranças, interdições e criminalização moral operadas na ordem do discurso da mídia brasileira

No Brasil, a violência contra pessoas LGBTI+ foi historicamente naturalizada e legitimada por várias instâncias de poder. A herança católica colonial e o patriarcalismo escravocrata colaboraram para a construção da heterossexualidade como norma civilizatória. Mesmo após a revogação dos dispositivos legais que criminalizavam os “atos libidinosos contra a natureza” (como no Código Criminal do Império, datado de 1830), a persecução simbólica e a violência policial e institucional seguiram operando sobre corpos e práticas dissidentes.

Rodrigues (2023, p.156), ao tratar da visibilidade e das violências contra travestis e transexuais, observa que não se trata apenas de crimes passionais ou casos isolados de intolerância, mas de um projeto social e político de extermínio e apagamento simbólico. O Brasil lidera o ranking de assassinatos de pessoas trans e travestis há mais de uma década ou desde que esses crimes começaram a ser mundialmente contabilizados. Segundo os dados da ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), encontrados em Benevides (2025), as mortes se concentram em populações negras, periféricas e que exercem trabalhos informais ou precários, como a prostituição. Esses dados não são apenas números: são sintomas de uma política de Estado e de uma cultura que considera tais corpos como excedentes, descartáveis, e muitas vezes, não sujeitos.

Nesse regime, o discurso jornalístico age muitas vezes não apenas informando, mas performando a exclusão. Ao apresentar a homossexualidade – ou, de forma mais intensa, as subjetividades trans e travestis – como ameaça social, desvio ou espetáculo, o jornalismo reforça a gramática da normalidade por meio da negação da diferença. Assim, à semelhança do que propõe Foucault (2012) sobre o papel dos discursos disciplinares na produção de sujeitos e na manutenção das normas, e em convergência com as análises de Sanderson (1995), é possível afirmar que a mídia não apenas repercute a homofobia social, mas se constitui ela mesma como uma peça de sua manutenção – atualizando-a, sofisticando-a e pulverizando seus efeitos.

Em *A ordem do discurso*, propõe-se o princípio da especificidade segundo o qual ele afasta a leitura dos discursos como unidades de sentidos prévios ou traduções de intenções ocultas, e nos convida a pensá-los como práticas materiais que produzem efeitos reais, pois, “em toda sociedade, a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e redistribuída por um certo número de procedimentos que têm por função conjurar seus poderes e seus perigos” (Foucault, 2014, p. 8).

Dessa maneira, o autor alerta que não há discurso livre, imparcial, pois sempre existem regras específicas de controle social, como proibições, exclusões, legitimações que cerceiam a existência de um discurso. Pelo princípio da especificidade, o discurso depende de condições institucionais concretas, não de ideias universais. Nesse sentido, somamos esforços para compreender como jornais reforçam uma gramática da matabilidade ao construir determinados corpos como não propensos ao luto; como vidas precárias, que podem ser exterminadas sem comoção (Butler, 2019), situação que acontece, muitas vezes, com a travesti perigosa, a transgressora solitária, a transexual de corpo ininteligível.

Outro princípio importante que sustenta a dinâmica dos discursos citado pelo autor francês é o da exterioridade (Foucault, 2014, p. 50), o qual orienta a análise para além da interioridade dos sujeitos enunciadoreis. No jornal, não se trata de buscar a intenção do pauteiro, do repórter, do editor ou do veículo, mas de descrever as condições de possibilidade que chancelam a circulação de certos enunciados com legitimidade, enquanto outros são sistematicamente excluídos. A análise ancora-se, portanto, no que foi efetivamente dito: no texto publicado, nos contextos institucionais que o sustentam, nos arquivos (Foucault, 2012) e regimes de saber que o atravessam. A função-autor também é citada em *A Ordem do discurso* como princípio de controle do discurso; nesse âmbito, o autor não é a origem, mas um efeito de verdade, uma posição discursiva que organiza os sentidos e vincula-se a táticas de poder e institucionalização do saber. Os sujeitos que relatam as mortes das pessoas trans ou travestis também produzem efeitos de veracidade aos relatos.

Essa abordagem orienta uma escavação dos enunciados, permitindo que se tornem visíveis os jogos de poder e as condições de possibilidades que agem em cada discurso. Ao recusarmos a neutralidade da linguagem jornalística, assumimos que toda enunciação sustenta traços da história que a permite existir, e que toda análise do discurso é, também, uma análise das formas de poder que o amparam.

Uma leitura de assassinatos de travestis em notícias de jornal

Para efeitos de análise, neste artigo, lançamos mão de um grupo de notícias publicadas entre 2019 e 2024, com o objetivo de perceber regularidades e rupturas discursivas. A escolha desse período segue os seguintes critérios: o ano de 2019 nos é entendido como importante momento de transição e efetivação de documentos, compreendidos como monumentos (Le Goff, 2013), pois foi quando se materializaram: i) o início de um governo conservador de extrema-direita; ii) a edição da Medida Provisória nº 870/2019 logo no primeiro dia desse governo; iii) a equiparação, pelo STF, da homofobia e da transfobia ao crime de racismo. A seleção do *corpus* fundamenta-se nos seguintes critérios: matérias jornalísticas que narram morte de travestis e pessoas transexuais.

A reunião das matérias foi realizada a partir de busca nos arquivos digitais de um jornal maranhense, considerando palavras-chave como travesti, trans, mulher trans, homem trans, transexual, transsexual, homossexual, gay, lésbica, bissexual, morte, morto, morta, assassinado, assassinado, assassinada, e violência, entre os anos de 2019 e 2024. A escolha lexical fez-se com base em alguns dos “parâmetros de alertas em mecanismos de busca por assassinatos” (Benevides, 2025), utilizados pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), quando da elaboração do seu *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024* (Benevides, 2025). Ressaltamos que as matérias levantadas aqui não exaurem a quantidade de assassinatos de pessoas LGBTI+ ocorridos no período. Longe disso, apesar dos números oficiais serem alarmantes, estão muito abaixo da realidade, pois, mesmo o levantamento feito pelos organismos de defesa de direitos de pessoas LGBTI+ não dá conta dos números reais, quase sempre subnotificados. Aqui, apresentamos a relação dos títulos escolhidos.

Tabela 1 - Matérias publicadas entre 2019 e 2024

1	13/09/2019	<i>Suspeito de ter assassinado travesti é preso em Imperatriz</i>
2	15/06/2020	<i>Corpo de travesti maranhense assassinada em Goiás é velado em Açailândia</i>
3	10/07/2021	<i>Travesti é assassinada a tiros em Açailândia</i>
4	24/01/2022	<i>Travesti é encontrada com pedaço de madeira na boca após ser morta a pedradas e facadas</i>
5	17/03/2022	<i>Em quatro meses, quatro travestis são mortas brutalmente no Maranhão SORAIA, LARA VINNY, PAULINHA, GABRIELLY MONTEIRO</i>
6	17/03/2022	<i>Travesti tem residência invadida e é morta com golpes de faca</i>
7	16/04/2023	<i>Travesti é encontrada morta com sinais de violência em matagal de Porto Franco</i>
8	11/03/2024	<i>Suspeito de assassinar travesti a pedradas é preso no interior do Maranhão</i>

Fonte: Arquivos digitais do Jornal.

Nesta pesquisa, optamos por considerar apenas os títulos das reportagens por serem unidades discursivas condensadas, que revelam posições-sujeito assumidas pelo jornal. Esses títulos, como todo enunciado (Foucault, 2012), funcionam por traços de um passado ainda operante, cujos efeitos se reinscrevem, muitas vezes de forma sutil nos discursos jornalísticos contemporâneos. Os modos de dizer da imprensa e os enunciados mais recentes permitem cartografar processos de espetacularização, interdição, moralização e matabilidade que atravessam a cobertura da morte de pessoas LGBTI+, conforme veremos adiante.

A análise parte da descrição dos títulos como enunciados que tem suas “margens povoadas de outros enunciados” (Foucault, 2012, p. 110). A formulação de cada enunciado revela, por um lado, mecanismos de controle interno, externo e de circulação (Foucault, 2014), além das repetições e regularidades que estabilizam as redes de sentido, efeito do que Foucault (2012) chama de regras de formação. Por outro, e entendendo a relação dicotômica entre poder e resistência, esses enunciados deixam à mostra as descontinuidades (evidenciadas, às vezes, por meio dos jogos polissêmicos), os movimentos de ruptura, de contraposição ou de retomada que instauram novas configurações discursivas.

Como observa Courtine (2022, p. 117), o enunciado se inscreve sempre em um “domínio associado”, ou seja, em uma rede de formulações anteriores e posteriores com as quais mantém relações de citação, variação, oposição ou continuidade. Isso significa que os discursos jornalísticos não operam como reiterações neutras de sentidos, mas como práticas enunciativas que oscilam entre a manutenção do já-dito e sua reconfiguração, instaurando zonas de conflito e ambiguidades. Nesse jogo, o enunciado tanto reinscreve discursos estabilizados, como introduz desvios que desafiam sua inteligibilidade, produzindo novas formas de dizer, no caso desta pesquisa, o corpo dissidente.

Também damos atenção ao que não está efetivamente dito, às regras, exclusões, interdições e formas de poder presentes nas matérias; e à “função-autor” que se revela através deles: não apenas como assinatura individual ou institucional, mas como operador discursivo que define a legitimidade, a inteligibilidade e os limites do dizível. Em muitos casos, essa função institui um regime de verdade que naturaliza a exclusão dos sujeitos assassinados, contribuindo para a manutenção de práticas discursivas de interdição de subjetividades.

Com base em Michel Foucault (2012), compreendemos que todo discurso é atravessado por regras de exclusão que operam tanto pelo que é dito quanto pelo que não se manifesta na superfície do dizer. O que aparece não-dito, nesse sentido, não é mero acidente, mas uma condição de possibilidade do próprio discurso: uma forma de controle interna que regula a emergência dos enunciados. Isto é, o que não se diz revela tanto quanto o que se enuncia, atuando como tecnologia de poder que delimita os corpos que podem ser nomeados, os afetos que podem ser evocados e as vidas que podem ser enlutadas. Nessa ordem discursiva, a ausência do nome social, o uso de expressões genéricas como “corpo encontrado” e a omissão de laços afetivos ou comunitários são exemplos de como a interdição se manifesta como estratégia discursiva que desarticula a humanidade das vítimas, mantendo-as na fronteira da inexistência.

O jornal exerce seus poderes, em sua prática cotidiana, também, pela *função autor*: conceito desenvolvido por Michel Foucault (2009) como um princípio que organiza, legitima e controla os modos de ler os discursos em circulação. No contexto jornalístico, essa função é atribuída ao próprio veículo, que se apresenta como produtor, formulador e circulador dos fatos noticiados, conferindo-lhes um estatuto de verdade autorizado. Como destaca Orlandi (2015, p. 74), fazendo-nos entender que a autoria é a função mais afetada pelo contato com o social e com as coerções.

Essa função se expressa na estrutura das matérias, muitas vezes ocultando ou desqualificando sujeitos e saberes dissidentes. Ainda que o discurso jornalístico se apresente como objetivo, imparcial, ele é constituído por uma lógica de coerência normativa que exige do autor, que no caso desta pesquisa consideramos ser o jornal, e toda sua engrenagem, adesão a certos valores, padrões narrativos e regimes de verdade.

As notícias não são, por esse enfoque teórico, objetivas, mas resultado de condições de possibilidades que organizam sentidos, consolidam exclusões e interdita outras probabilidades discursivas. Assim, investigar a função-autor no jornalismo permite evidenciar como o jornal, na qualidade de instituição autorizada, o chamado Quarto Poder, conforme Mesquita (2004), reproduz, consciente ou não, práticas de exclusão, aniquilamento e

marginalização, principalmente quando se trata de narrar as mortes e as vidas de pessoas LGBTI+, em especial as de travestis.

O movimento analítico por nós empreendido não busca descobrir quem disse, mas compreender como o jornal se institui como sujeito autorizado a chancelar sentidos, encenando e ficcionando, sob a forma da objetividade, uma posição de autoridade sobre o real que, muitas vezes, legitima exclusões e perpetua a inteligibilidade normativa dos corpos dissidentes.

A seguir, passaremos à análise propriamente dita, na qual mobilizaremos os conceitos aqui apresentados para examinar os enunciados noticiosos em sua forma histórica e política, evidenciando as regularidades, rearticulações e resistências que marcam o discurso jornalístico sobre assassinatos da população LGBTI+.

A interdição pode ser observada tanto na ausência que circunda os nomes sociais e identidades das vítimas quanto nas escolhas lexicais e sintáticas que desqualificam suas existências, como propõe Courtine (2022), ao tratar da manipulação do dizível e da exclusão simbólica. Tais estratégias se articulam à função-autor jornalística – ora explícita na assinatura, ora encarnada na autoridade institucional dos veículos – que, segundo Foucault (2009), é uma função que orienta a leitura, ordena sentidos e participa ativamente da gestão da verdade. Por sua vez, o conceito de enunciado, em acepção foucaultiana, permite a análise dos enunciados em sua concretude discursiva, evidenciando os campos associados, os domínios enunciativos e as filiações que estruturam a produção jornalística sobre as mortes de corpos dissidentes e monstruosos (Preciado, 2022).

Nessa seleção de títulos, a recorrência da estrutura sintática “travesti é morta” constitui uma forma reiterada de inscrição da morte dessas pessoas no arquivo jornalístico local. O padrão enunciativo expõe um sistema quase invariável e mostra mais do que a informação factual do evento: ele é efeito de uma formação discursiva que estabiliza sentidos sobre esses corpos enquanto vidas precárias e descartáveis. Como nos alerta Foucault (2012), o discurso não apenas descreve a realidade, mas a produz como objeto de saber e poder. A insistência no marcador “travesti”, isolado de qualquer nome social ou nome retificado ou elemento de identificação humanizada, revela a regularidade de um dispositivo de sexualidade que constrói a travesti como sujeito desviante e, portanto, matável (Butler, 2020; Mbembe, 2022).

A ausência de dados sobre a história de vida, dos vínculos afetivos e comunitários das vítimas é parte de uma estratégia discursiva que opera o que Foucault (2006) chamaria de “vida infame” – aquela que não se encaixa no dispositivo da sexualidade promovida como normal. A ausência de qualquer traço de individualidade nos títulos (como em “Travesti é

encontrada com pedaço de madeira na boca após ser morta a pedradas e facadas”) reforça uma vontade de verdade que sustenta a interdição: o que importa não é quem morreu, mas que morreu “uma travesti”.

Além disso, a composição lexical dos títulos evidencia a estetização da crueldade como técnica de produção da visibilidade violenta: o uso de termos que descrevem o *modus operandi* das mortes desses sujeitos e sujeitas, como “pedaço de madeira na boca”, “mortas brutalmente”, “golpes de faca” e o assassinato “a pedradas” compõem uma linguagem gráfica que não só expõe a brutalidade, mas a transforma em espetáculo. Como já apontamos, trata-se de uma forma de reinscrição dessas pessoas na ordem do abjeto – ou do “monstruoso”, conforme assevera Preciado (2022) –, cuja existência só é tornada visível quando atravessada pela morte.

A naturalização desses crimes é operada também por meio da ocultação do agente (o agressor) e do destaque à passividade do corpo morto, citado como “encontrado” em algum lugar, como se o crime fosse uma consequência natural ou um desdobramento previsível da existência transgressora. Esse deslocamento da agência (do agressor para o destino trágico da vítima) é um efeito discursivo de um regime necropolítico que autoriza, simbolicamente, a morte de certos corpos (Mbembe, 2022), e os classifica como *non grievable lives* (Butler, 2020), as vidas indignas de luto.

Podemos, equipados com lentes foucaultianas, acrescentar ainda uma outra leitura desses enunciados jornalísticos à luz do conceito de *homo sacer*, desenvolvido por Giorgio Agamben (2007). Esse conceito, retomado da tradição jurídica romana, refere-se a uma figura da soberania que pode ser morta impunemente, mas cujo sacrifício não é reconhecido como válido. Trata-se de uma vida que, embora biológica, é desprovida de valor político e simbólico: uma *vida nua* à margem da cidadania e da proteção legal. Quem mata essa “vida sagrada” não merece ser punido, pois não está mais do que cumprindo a sua obrigação ou o desígnio dos deuses.

Ao observarmos os títulos jornalísticos acima – que declaram mortes brutais de travestis, sem qualquer menção ao nome pelo qual as vítimas talvez gostassem de ser chamadas (ou mesmo estivesse em seus documentos oficiais), às suas histórias ou ao impacto de suas mortes – percebemos a intervenção de um discurso que reduz essas vidas a um estado de pura exposição à violência. Travestis aparecem, aqui, como figuras sacrificáveis, cuja morte brutal é noticiada, mas não verdadeiramente lamentada, nem tampouco politizada. A falta de responsabilização clara, de narrativas empáticas ou de reações institucionais reforça

sua condição de *homo sacer*: são sujeitos cuja existência está fora da proteção simbólica e social do direito e da cidadania.

Nesse sentido, a violência narrada – quase sempre em registros sensacionalistas ou descritivos cruéis da mais pura imprensa sensacionalista – não apenas evidencia a brutalidade da morte, mas reitera o estatuto do que poderíamos chamar, a partir de Agamben (2007), de “abandono soberano” dessas vidas que nem sequer passaram pelo “seuil biologique de la modernité”, o “limiar de modernidade biológica” (Foucault, 2022, p. 154), ou seja, nem sequer souberam o que significa o impacto de uma biopolitização, pois seus corpos ainda sofrem os reflexos de um medieval “poder soberano” (Foucault, 2022). O jornalismo, ao manter esse padrão enunciativo, reforça o que Agamben chama de zona de indistinção entre vida e morte, em que o corpo dissidente deixa de ser reconhecido como sujeito de direitos e passa a habitar a fronteira, o limiar, entre o humano e o eliminável.

Essa leitura se alinha à concepção foucaultiana de biopoder, mas a radicaliza e também questiona ao apontar para o limite da própria política: não apenas o controle da vida, mas a produção de um sujeito cujo assassinato não gera escândalo, cuja existência não merece luto, cuja eliminação não representa exceção, mas funcionamento normal do sistema. Como *homines sacri*, as travestis assassinadas não apenas morrem: elas são reiteradamente mortas no discurso, reduzidas à condição de corpos-exemplo de uma suposta desordem social.

Dessa forma, o que os enunciados jornalísticos não relatam é tão revelador quanto o que explicitam: não se trata apenas de expor uma morte, mas de inscrever um corpo em um sistema de exclusão simbólica, que define o que pode ser lembrado e o que deve ser esquecido. O jornalismo, enquanto instituição autorizada a nomear e dar forma ao real através da mediação do sensível a que se propõe, atualiza uma longa tradição de gestão da diferença sexual por meio da linguagem: e o faz, muitas vezes, à custa da inteligibilidade e da vida de sujeitos dissidentes.

O discurso que sustenta essas formulações se ancora em um regime de verdade que consagra determinadas vidas como dignas de luto (Butler, 2020), dotadas de história, laços e valor. Trata-se de uma operação de produção de falta de empatia discursiva, que marca a diferença entre os que merecem ser chorados e os que não devem ser sequer nomeados.

O que o jornalismo faz, nos casos aqui analisados, é reatualizar o valor político da vida perdida. No caso das travestis, a repetição do gesto de nomeação como “travesti”, sem nome próprio, a omissão da autoria do crime e a estetização da crueldade compõem um discurso que as reinscreve como vidas matáveis e *homines sacri*, cujo assassinato pode ser noticiado, mas não gera escândalo nem perda simbólica.

Considerações finais

A análise empreendida neste artigo considera, portanto, que a mídia não apenas relata fatos, mas opera como instância que gerencia o sensível, institui normas de inteligibilidade e participa da administração da vida e da morte. Ou seja, os títulos das matérias analisadas, ao mesmo tempo em que denunciam eventos de violência, operam como delimitadores do campo do dizível, instituindo fronteiras entre vidas que importam e vidas descartáveis. Ao interrogar os discursos jornalísticos sobre assassinatos de travestis, pomos em relevo movimentos de exclusão, repetição, interdição, e ocultamento que fazem desses textos não apenas notícias, mas dispositivos de saber-poder que participam ativamente da produção de regimes de verdade sobre os corpos dissidentes.

Ao mobilizar a perspectiva arqueogenealógica, evidenciamos que os enunciados jornalísticos não são transparentes, mas atravessados por formações discursivas que ressoam e repercutem normas sociais, morais e políticas. Nessa tessitura discursiva, a travesti assassinada é frequentemente constituída como corpo monstruoso, abjeto, fora da ordem inteligível – uma “vida infame”, um “homo sacer”, um corpo escandaloso cuja existência só se torna narrável no momento de sua morte, mortes estas que são tornadas naturalizáveis ou mesmo justificáveis.

O jornalismo, ao selecionar os modos de visibilizar (ou invisibilizar) esses corpos, participa de uma tecnologia discursiva de produção da matabilidade: conceito que articula o poder de decidir quem pode viver e quem deve morrer; um tipo de soberania que produz sujeitos à morte. A leitura desses casos também evidencia os efeitos do biopoder foucaultiano e, para além disso, demonstra a operação de uma economia discursiva da necropolítica mbmebiana, e também evidencia ações por vezes próximas de um poder soberano, pasme, em pleno século XXI.

Entendemos que o jornalismo é um campo de disputa simbólica, e que sua análise, sob a lente da arqueogenealogia, permite observar as condições históricas e discursivas que tornam possíveis determinadas formas de dizer (e de não-dizer) sobre os corpos dissidentes. A enunciação das mortes se realiza por meio de generalizações, interdições e atribuições pejorativas. Elas entram no arquivo apenas como cifra da violência que sofrem, nunca como pessoas merecedoras de memória ou luto.

Nesse sentido, escavar as camadas do dizível nos discursos jornalísticos é também um gesto ético-político: um trabalho de exposição das engrenagens que operam a exclusão, mas também um chamado a reinscrever as vidas das travestis no arquivo. Nomeá-las com

dignidade, reconhecer seus modos de existência, de resistência, é parte do esforço analítico, mas também político, a que este artigo se propõe. Logo, a nossa crítica ao jornalismo não é de natureza deletéria, mas uma convocação: uma interrogação sobre seus compromissos éticos e sobre sua capacidade de narrar o mundo a partir dos seus critérios de produção de notícias, a partir da norma ou a partir daquilo que a norma tenta apagar.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer, o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-5**. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ANGRIMANI, Danilo. **Espreme que sai sangue**: um estudo do sensacionalismo na imprensa. São Paulo: Summus, 1995. (Coleção Novas Buscas em Comunicação; v. 47).

BENEVIDES, Bruna G. **Dossiê**: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2024. Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2025. Disponível em: <https://antrabrasil.org>. Acesso em: 25 ago. 2025.

BUTLER, Judith. **Vida precária**: os poderes do luto e da violência. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

BUTLER, Judith. **The force of nonviolence**: an ethico-political bind. London: Verso, 2020.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdUFSCar, 2022.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: o nascimento da prisão. 20. ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

FOUCAULT, Michel. **As palavras e as coisas**: uma arqueologia das ciências humanas. São Paulo: Martins Fontes, 1999a.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes, 1999b. (Coleção Tópicos).

FOUCAULT, Michel. A vida dos homens infames. In: **Estratégia, poder-saber**. Ditos e escritos IV. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006, p. 203-222.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: **Ditos & escritos III**: literatura e pintura, música e cinema. Ditos & escritos III. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009, p. 264-298.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FOUCAULT, Michel. **A Ordem do Discurso**. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2022.

LE GOFF, Jacques. Documento/Monumento. In: **História e Memória**. 7. ed. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2022.

MESQUITA, Mário. **O quarto equívoco: o poder dos media na sociedade contemporânea**. Coimbra: Minerva Coimbra, 2004.

NASCIMENTO, Letícia Carolina Pereira do. **Transfeminismo**. São Paulo: Jandaíra, 2021.

NEVES, Ivania dos Santos; GREGOLIN, Maria do Rosário. A arqueogenealogia foucaultiana como lente para a análise do governo da língua portuguesa no Brasil: continuidades e rupturas. **MOARA** – Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Letras, [S.l.], v. 2, n. 57, p. 8-32, maio 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.18542/moara.v2i57.9898>

OKSALA, Johanna. **Como ler Foucault**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde** – 11ª revisão (CID-11). Genebra: OMS, 2022. Disponível em: <https://icd.who.int/pt/>. Acesso em: 25 ago. 2025.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12. ed. Campinas: Pontes, 2015.

PRECIADO, Paul B. **Eu sou o monstro que vos fala: relatório para uma academia de psicanalistas**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

RODRIGUES, Júlia Naomi Costa. **Passabilidade e possibilidades**. 2023. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/4804>. Acesso em: 25 ago. 2025.

SANDERSON, Terry. **Mediawatch: the treatment of male and female homosexuality in the British media**. Londres: Cassel, 1995.

SILVA, Wilson Honório da. **Oscar Wilde seu legado e impacto sobre o movimento LGBTI e, também, os socialistas**. PSTU, 30 nov. 2022. Disponível em: <https://www.pstu.org.br/category/cultura/page/2/>. Acesso em: 30 ago. 2025.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO (UFMA). CONSAD. **Resolução nº 332, de 23 de outubro de 2024**. Dispõe sobre a normatização da realização de eventos em que a UFMA é promotora ou co-promotora e que sejam realizados na Universidade Federal do

Maranhão. São Luís, MA: UFMA, 2025. Disponível em: <https://portalpadrao.ufma.br/colegiados-superiores/consad/normativas/resolucoes-consad-2024/resolucao-332-2024-consad.pdf/view>. Acesso em: 25 ago. 2025.

Recebido em: 30 de agosto de 2025

Aceito em: 27 de fevereiro de 2026